INTEGRAÇÃO BAIRRO–ESCOLA: UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELIZABETH CRISTINA ALVES DOS SANTOS

RESUMO

O estudo analisa a integração bairro–escola na educação infantil sob uma perspectiva pedagógica e psicopedagógica centrada no desenvolvimento integral da criança, compreendendo a aprendizagem como processo sociocultural mediado pelas interações entre sujeito, família, escola e território. Fundamentado na abordagem histórico-cultural de Lev Vygotsky e na pedagogia crítica de Paulo Freire, o trabalho defende que o bairro se configura como espaço educativo ampliado, cujas dimensões sociais, culturais e simbólicas influenciam a construção da identidade, o desenvolvimento cognitivo e as competências socioemocionais. Problematiza-se a concepção reducionista de que a escola apenas prepara e não educa, argumentando que sua função social abrange a sistematização do conhecimento científico, a mediação pedagógica intencional e a formação para a vida em sociedade, em articulação com os valores éticos construídos na família e na comunidade. Com base em dados recentes da educação infantil no Brasil, o estudo identifica avanços na ampliação do acesso à pré-escola, bem como desafios relacionados à universalização das creches e à superação das desigualdades regionais, concluindo que a integração bairro–escola constitui estratégia fundamental para o fortalecimento de políticas públicas equitativas e para a consolidação de práticas educativas contextualizadas e socialmente referenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Integração Bairro–Escola; Desenvolvimento Integral; Mediação Sociocultural; Território Educativo; Políticas Públicas Educacionais; Desigualdade Regional.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, conforme estabelece a Congresso Nacional por meio da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Essa etapa assume papel estratégico na redução de desigualdades e na constituição das bases do desenvolvimento humano.

Nos últimos anos, o Brasil registrou avanços importantes na ampliação do acesso à pré-escola. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a taxa de frequência escolar das crianças de 4 a 5 anos alcançou aproximadamente 93%, aproximando-se da universalização prevista constitucionalmente. Entretanto, no que se refere à faixa etária de 0 a 3 anos, o atendimento em creches atingiu cerca de 38%, permanecendo abaixo da meta de 50% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) evidenciam ainda disparidades regionais significativas, especialmente entre as regiões Norte e Nordeste em comparação às regiões Sul e Sudeste.

Nesse cenário, emerge a necessidade de repensar o papel da escola enquanto instituição social inserida em um território marcado por desigualdades socioeconômicas. A integração bairro–escola apresenta-se como estratégia capaz de articular práticas pedagógicas contextualizadas, fortalecimento comunitário e ampliação das experiências formativas na infância.

Contudo, embora a legislação reconheça a centralidade das interações e do contexto sociocultural na aprendizagem infantil, observa-se que, na prática, muitas instituições ainda operam sob modelos fragmentados, com baixa articulação entre currículo e território.

Diante desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa:

Como a integração bairro–escola pode contribuir para o desenvolvimento integral na educação infantil, considerando as desigualdades territoriais e os desafios contemporâneos das políticas públicas brasileiras?

Objetivo Geral

Analisar a integração bairro–escola na educação infantil sob perspectiva pedagógica e psicopedagógica, compreendendo seu potencial para promover desenvolvimento integral e equidade educacional.

Objetivos Específicos

a) Examinar os fundamentos teóricos da integração território–escola à luz da pedagogia crítica e da teoria histórico-cultural;

b) Analisar dados estatísticos recentes sobre acesso e desigualdades na educação infantil no Brasil;

c) Discutir a função social da escola sob dimensões social, pedagógica e psicológica;

d) Identificar práticas integradoras que fortaleçam a relação entre escola, família e comunidade.

A relevância do estudo reside na necessidade de compreender a educação infantil como fenômeno socialmente situado, superando concepções restritas à mera preparação formal e reconhecendo a escola como espaço de formação integral, culturalmente contextualizado e socialmente comprometido.

INTEGRAÇÃO BAIRRO–ESCOLA E FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A integração entre bairro e escola fundamenta-se na concepção de que o processo educativo é socialmente construído e territorialmente situado. A escola, enquanto instituição social, não atua de forma isolada, mas inserida em um contexto cultural, histórico e político que influencia diretamente as práticas pedagógicas e os processos de aprendizagem.

A pedagogia crítica defende que o conhecimento escolar deve dialogar com a realidade vivida pelos educandos. Para Paulo Freire (1970), a educação deve partir da leitura do mundo para alcançar a leitura da palavra, promovendo consciência crítica e participação social. Nesse sentido, o bairro constitui espaço privilegiado de significação, pois abriga as experiências cotidianas que estruturam a identidade da criança.

A articulação entre território e currículo possibilita a valorização dos saberes locais, a contextualização dos conteúdos e a construção de aprendizagens significativas. Ao reconhecer o bairro como extensão do espaço educativo, a escola fortalece o vínculo com a comunidade e amplia sua função social.

PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA E APRENDIZAGEM SOCIAL

Sob o enfoque psicopedagógico, a aprendizagem é entendida como processo mediado socialmente. A teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (1978) sustenta que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação com o outro, sendo a mediação elemento central na constituição das funções psicológicas superiores.

A integração bairro–escola amplia o campo de mediações possíveis, enriquecendo as experiências simbólicas e afetivas da criança. A vivência comunitária contribui para a internalização de significados culturais, favorecendo o desenvolvimento da linguagem, da autonomia e das competências socioemocionais.

Do ponto de vista psicopedagógico, o vínculo afetivo constitui condição indispensável para a aprendizagem na educação infantil. A segurança emocional e o sentimento de pertencimento são fatores determinantes para o desenvolvimento integral.

BASES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é definida como primeira etapa da educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), instituída no contexto das reformas educacionais conduzidas pelo Congresso Nacional, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (2017), homologada pelo Ministério da Educação, consolidou diretrizes pedagógicas específicas para essa etapa, organizando-a a partir dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e dos campos de experiência, reafirmando a centralidade das interações e das brincadeiras como eixos estruturantes do trabalho pedagógico.

DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sob a perspectiva social, a educação infantil constitui um direito da criança e uma política pública estratégica para a redução das desigualdades. Ao garantir acesso a experiências educativas de qualidade desde a primeira infância, o Estado contribui para ampliar oportunidades, fortalecer vínculos comunitários e promover equidade social.
A instituição de educação infantil é também espaço de socialização ampliada, onde a criança vivencia regras coletivas, diversidade cultural e práticas de convivência democrática. Nesse contexto, a escola atua como mediadora entre família, comunidade e sociedade, favorecendo a construção de valores como respeito, cooperação e solidariedade.
Além disso, a oferta de creches e pré-escolas impacta diretamente a organização social, especialmente ao possibilitar maior participação das famílias — sobretudo das mulheres — no mundo do trabalho. Assim, a educação infantil articula-se às políticas sociais mais amplas, assumindo papel estruturante no desenvolvimento humano e social.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Do ponto de vista pedagógico, a educação infantil rompe com modelos assistencialistas historicamente presentes em sua trajetória e afirma-se como espaço educativo intencional, com planejamento, avaliação e fundamentação teórica.
Entre os pilares estruturantes destacam-se:
Afetividade como base do vínculo pedagógico: a relação professor–criança constitui elemento central para a segurança emocional e para o engajamento nas experiências de aprendizagem.
Socialização como processo de construção de valores: a convivência cotidiana promove internalização de normas, desenvolvimento moral e aprendizagem da vida em grupo.
Experiência concreta como fundamento epistemológico da aprendizagem infantil: a criança aprende por meio da ação, da exploração do ambiente, do brincar simbólico e das interações significativas.
Esses princípios dialogam com abordagens sociointeracionistas, especialmente com as contribuições de Lev Vygotsky, que enfatiza o papel da mediação social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e com perspectivas construtivistas que reconhecem a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento.
A organização curricular por campos de experiência reforça uma prática pedagógica integrada, que supera a fragmentação disciplinar e valoriza a aprendizagem contextualizada, significativa e centrada na criança.
CONCEPÇÃO HUMANIZADORA DE EDUCAÇÃO
A articulação entre fundamentos legais, princípios pedagógicos e compromisso social sustenta uma concepção humanizadora de educação infantil. Nessa perspectiva, educar não significa apenas antecipar conteúdos formais, mas promover condições para que a criança desenvolva suas potencialidades, construa identidade, estabeleça vínculos e compreenda progressivamente o mundo ao seu redor.
Assim, a educação infantil configura-se como espaço de formação integral, onde cuidado e educação são dimensões indissociáveis, e onde a escola, em parceria com a família e o território, contribui para a constituição de sujeitos críticos, participativos e socialmente integrados.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: PREPARAR OU EDUCAR?
Uma análise sob três vertentes: social, pedagógica e psicológica.
A afirmação “a escola prepara o indivíduo, não educa” exige reflexão conceitual mais aprofundada. O termo educar remete a um processo amplo de formação humana — ética, cultural, política e social — historicamente associado à família e à comunidade. Já o termo preparar costuma ser vinculado à instrução formal e à inserção na vida social organizada. Entretanto, essa distinção não deve ser compreendida de forma reducionista ou dicotômica, especialmente quando analisada à luz das funções contemporâneas da escola.

VERTENTE SOCIAL: ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA E MEDIADORA CULTURAL
Sob a perspectiva social, a escola é uma instituição fundamental na organização da vida coletiva. Ela não apenas transmite conteú-

dos, mas participa da construção da cidadania, da convivência democrática e da redução de desigualdades.
Na educação infantil, essa função torna-se ainda mais evidente: a escola é espaço de socialização primária ampliada, onde a criança aprende regras de convivência, respeito à diversidade, cooperação e participação. Nesse sentido, a escola educa ao promover experiências de vida em grupo, diálogo e construção de valores.
A formação humana, portanto, não é responsabilidade exclusiva da família nem apenas da instituição escolar, mas configura-se como responsabilidade compartilhada entre escola, família e território. A articulação bairro–escola fortalece vínculos comunitários e contribui para uma educação contextualizada, socialmente significativa e culturalmente situada.

VERTENTE PEDAGÓGICA: SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO INTEGRAL

Do ponto de vista pedagógico, a escola tem como função específica a sistematização do conhecimento científico, artístico e cultural produzido historicamente pela humanidade. Contudo, ensinar não se limita à transmissão de conteúdo.
A educação contemporânea — inspirada em autores como Paulo Freire — defende uma prática pedagógica dialógica, crítica e emancipadora, em que ensinar e educar são processos indissociáveis. A escola prepara para a vida social organizada, mas também educa ao desenvolver pensamento crítico, autonomia intelectual e consciência ética.
Na educação infantil, o currículo integra cuidado e educação como dimensões inseparáveis. O brincar, a interação e as experiências investigativas são estratégias pedagógicas que promovem aprendizagem e desenvolvimento simultaneamente. Assim, preparar e educar tornam-se ações complementares dentro de um projeto formativo integral.

VERTENTE PSICOLÓGICA: DESENVOLVIMENTO, IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Sob a perspectiva psicológica, a escola desempenha papel decisivo na constituição da subjetividade e na formação da identidade da criança. Teóricos como Lev Vygotsky demonstram que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social, mediada pela linguagem e pela cultura. Já Jean Piaget evidencia que a aprendizagem está relacionada aos estágios de desenvolvimento e à construção ativa do conhecimento.
Dessa forma, a escola não apenas prepara para etapas futuras, mas participa ativamente do processo de desenvolvimento psicológico, emocional e moral. Ao proporcionar experiências coletivas, desafios cognitivos e mediação qualificada, contribui para a construção da autonomia, da autoestima e da capacidade de autorregulação.
Na educação infantil, esse papel é ainda mais sensível, pois a instituição atua em um período crucial para a formação de vínculos, segurança emocional e estruturação das funções psicológicas superiores.
A oposição entre “preparar” e “educar” revela-se simplificadora. A escola contemporânea cumpre simultaneamente funções sociais, pedagógicas e psicológicas. Ela prepara ao oferecer conhecimentos sistematizados e competências necessárias à vida social; e educa ao participar da formação ética, cultural, afetiva e cognitiva do sujeito.
A integração entre escola, família e comunidade supera a fragmentação entre instrução e formação, promovendo uma educação integral que articula saber acadêmico, desenvolvimento humano e vivência comunitária.
Assim, mais do que escolher entre preparar ou educar, é preciso reconhecer que a função social da escola é formar sujeitos capazes de compreender, participar e transformar a realidade em que vivem.

DADOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2024–2026)

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024) indicam que a taxa de frequência escolar das crianças de 4 a 5 anos permanece acima de 90%, aproximando-se da universalização prevista na Constituição Federal e na legislação educacional vigente. Esse resultado consolida avanços obtidos nas últimas décadas, especialmente após a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos.

Entretanto, na faixa etária de 0 a 3 anos, o atendimento em creches ainda não alcançou a meta de 50% de cobertura estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Embora tenha havido ampliação da oferta, o percentual de atendimento permanece abaixo do previsto, evidenciando desafios estruturais relacionados a financiamento, infraestrutura e formação de profissionais.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), por meio do Censo Escolar, aponta crescimento progressivo das matrículas em creches nos últimos anos, com destaque para a ampliação da rede municipal, responsável pela maior parte da oferta. Contudo, persistem desigualdades regionais significativas, especialmente entre as regiões Norte e Nordeste em comparação com Sul e Sudeste, além de disparidades entre áreas urbanas e rurais.

Além da expansão do acesso, os dados recentes reforçam a importância de avançar na qualidade do atendimento, contemplando:

formação inicial e continuada de professores;

adequação da proporção adulto-criança;

melhoria da infraestrutura física das unidades;

integração entre políticas de educação, assistência social e saúde.

Observa-se ainda que fatores socioeconômicos impactam diretamente o acesso e a permanência na educação infantil, tornando essencial a adoção de políticas públicas intersetoriais e territorialmente orientadas, com foco na redução das desigualdades e na garantia do direito à educação desde a primeira infância.

Em síntese, o cenário contemporâneo revela avanços importantes na universalização da pré-escola, mas aponta a necessidade de investimentos estruturais e planejamento estratégico para ampliar o atendimento em creches e assegurar qualidade educacional em todo o território nacional.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, orientada por uma perspectiva crítico-dialética da educação. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos, considerando seus significados, contextos e relações estruturais, conforme argumenta Maria Cecília de Souza Minayo (2014), ao destacar que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivações e valores que permeiam as práticas sociais.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo fundamenta-se na concepção de que a realidade educacional é historicamente construída e socialmente mediada. Nesse sentido, dialoga com a perspectiva interpretativa apresentada por Norman Denzin e Yvonna Lincoln (2006), segundo a qual a investigação qualitativa busca compreender fenômenos em seus contextos naturais, enfatizando processos, significados e relações sociais.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, orientada por uma perspectiva crítico-dialética. Essa abordagem fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educacionais são historicamente construídos, atravessados por relações sociais, econômicas e culturais, exigindo análise contextualizada e interpretativa.

A perspectiva crítico-dialética adotada inspira-se na tradição do pensamento social crítico, especialmente na pedagogia de Paulo Freire, ao compreender a educação como prática social inserida em estruturas de poder e desigualdade, e na teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, que concebe o desenvolvimento humano como processo mediado socialmente. Tal perspectiva busca apreender as contradições presentes na relação entre políticas públicas, território e práticas escolares.

TIPO DE PESQUISA

Classifica-se como:

Exploratória, por proporcionar maior familiaridade com o problema;

Descritiva, por descrever características do fenômeno integração bairro–escola;

Analítica-interpretativa, por articular dados

empíricos e referenciais teóricos.
Conforme sistematização metodológica proposta por Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite examinar contribuições teóricas já elaboradas, enquanto a documental possibilita análise de fontes oficiais primárias.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS
a) Pesquisa Bibliográfica
Foram analisadas obras clássicas e contemporâneas publicadas entre 1970 e 2024, selecionadas a partir dos seguintes descritores:
Educação Infantil
Território Educativo
Integração Escola-Comunidade
Desenvolvimento Integral
Mediação Sociocultural
As fontes incluíram livros, artigos científicos indexados em bases acadêmicas nacionais e documentos normativos educacionais.
b) Pesquisa Documental
Foram examinados:
Constituição Federal de 1988;
Lei nº 9.394/1996 (LDB);
Base Nacional Comum Curricular (2017);
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014);
Dados estatísticos do IBGE (Síntese de Indicadores Sociais 2024);
Censo Escolar 2024 do INEP.
Os documentos foram analisados integralmente quanto a indicadores de acesso, cobertura e desigualdade regional.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE
A análise dos dados seguiu abordagem interpretativa com aproximação à análise de conteúdo temática, organizada em três etapas:
Leitura exploratória do material;
Identificação de categorias emergentes;
Interpretação à luz do referencial teórico adotado.
As categorias analíticas definidas foram:
Territorialidade educativa;
Mediação social da aprendizagem;
Participação comunitária;
Políticas públicas e equidade educacional.
6.5 Critérios de Rigor Científico
O rigor metodológico foi assegurado por meio de:
Seleção de fontes acadêmicas reconhecidas;
Utilização de dados oficiais atualizados (2024);
Coerência entre objetivos, categorias e análise;
Transparência na descrição dos procedimentos;
Fundamentação teórica consistente e articulada.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO
Por tratar-se de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo não contempla investigação empírica de campo. Assim, os resultados devem ser compreendidos como análise teórico-interpretativa, constituindo base para futuras pesquisas aplicadas de natureza qualitativa ou quantitativa.
.
INTEGRAÇÃO BAIRRO–ESCOLA: FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL, NORMATIVA E PEDAGÓGICA
A integração bairro–escola encontra respaldo não apenas teórico, mas também jurídico-normativo na legislação educacional brasileira. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, em seu art. 205, que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Esse dispositivo constitucional fundamenta a corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade, legitimando a articulação entre escola e território como expressão concreta da colaboração social prevista constitucionalmente.
No art. 208, inciso IV, a Constituição assegura:
"Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade."
Tal garantia reafirma o caráter de direito público subjetivo da educação infantil, exigindo políticas que promovam acesso, permanência e qualidade.
No plano infraconstitucional, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) es-

tabelece, na Meta 1, a universalização da pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e a ampliação da oferta de creches para, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. As estratégias 1.7 e 1.17 destacam a necessidade de articulação intersetorial e melhoria da qualidade do atendimento.

Já a Base Nacional Comum Curricular, homologada pelo Ministério da Educação, define que a educação infantil deve assegurar os direitos de aprendizagem — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — e estabelece como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, reconhecendo que a aprendizagem ocorre em contextos sociais concretos.

Nesse marco normativo, a integração bairro–escola constitui desdobramento coerente das diretrizes constitucionais e das políticas educacionais vigentes.

PROJETOS PEDAGÓGICOS TERRITORIAIS

Os projetos pedagógicos territoriais incorporam elementos do bairro ao currículo, articulando os campos de experiência da BNCC às vivências comunitárias.

Fundamentação Constitucional

Ao promover o "pleno desenvolvimento da pessoa" (art. 205, CF/88), tais projetos ampliam experiências formativas para além da sala de aula, reconhecendo o território como espaço educativo.

Fundamentação no PNE

A Meta 1 do PNE, ao tratar da ampliação do acesso com qualidade, pressupõe práticas pedagógicas contextualizadas que considerem realidades regionais e sociais.

Fundamentação na BNCC

A BNCC afirma que a criança aprende por meio da interação com o meio social. Projetos como mapeamento afetivo, visitas a equipamentos públicos e resgate da memória local concretizam o direito de "explorar" e "participar".

Dimensões

Pedagógica: aprendizagem significativa, desenvolvimento da linguagem, ampliação do repertório cultural.

Social: valorização da cultura local, fortalecimento da identidade comunitária, redução da invisibilização territorial.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS COMUNITÁRIAS

A articulação com unidades de saúde, centros culturais e associações comunitárias expressa o princípio constitucional da colaboração da sociedade na promoção da educação (art. 205, CF/88).

Base no PNE

As estratégias da Meta 1 incentivam ações intersetoriais, reconhecendo que qualidade na educação infantil depende de integração entre educação, saúde e assistência social.

Base na BNCC

A ampliação de experiências socioculturais fortalece os direitos de "conviver" e "participar", promovendo diversidade de interações.

Dimensões

Pedagógica: ampliação das mediações sociais, aprendizagem interdisciplinar.

Social: consolidação de redes de proteção à infância e fortalecimento da gestão democrática.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR

A Constituição, ao afirmar a educação como dever do Estado e da família (art. 205), estabelece base jurídica para a corresponsabilidade formativa.

Base no PNE

O PNE reforça a gestão democrática e a participação social como diretrizes da política educacional.

Base na BNCC

A BNCC reconhece a importância da continuidade entre experiências familiares e escolares para o desenvolvimento integral.

Dimensões

Pedagógica: fortalecimento do vínculo afetivo, continuidade de experiências educativas.

Social: democratização da gestão escolar, ampliação do capital social comunitário.

PROJETOS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Projetos como hortas escolares e campanhas ambientais concretizam o preparo para o exercício da cidadania mencionado no art. 205 da CF/88.

Base no PNE

A melhoria da qualidade educacional envolve práticas que promovam participação social e desenvolvimento integral.

Base na BNCC
Tais ações dialogam com os campos de experiência e com o direito de "participar", fortalecendo aprendizagens por meio da experiência concreta.
Dimensões
Pedagógica: desenvolvimento da autonomia, cooperação e responsabilidade.
Social: formação cidadã, senso de pertencimento e consciência coletiva.

Quadro-Síntese: Integração Bairro–Escola
Prática Base Legal Dimensão Pedagógica Dimensão Social
Projetos Territoriais CF/88 art. 205; PNE Meta 1; BNCC (direitos de aprendizagem)
Aprendizagem significativa e contextualizada Valorização cultural e identidade comunitária
Parcerias Comunitárias CF/88 art. 205; PNE estratégias intersetoriais Ampliação das mediações e repertórios culturais Fortalecimento de redes de proteção
Participação Familiar CF/88 art. 205; PNE (gestão democrática); BNCC (interações)
Continuidade formativa e vínculo afetivo
Democratização da escola
Projetos de Intervenção CF/88 art. 205; PNE Meta 1; BNCC (participar e explorar) Desenvolvimento da autonomia e cooperação
Formação cidadã e pertencimento social
.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a integração bairro–escola configura-se como estratégia estruturante para o fortalecimento da educação infantil, ao promover a articulação entre território, família e instituição escolar. Fundamentada nas contribuições teóricas de Lev Vygotsky e Paulo Freire, a análise reafirma que a aprendizagem é socialmente mediada e culturalmente situada, sendo o contexto comunitário elemento constitutivo das experiências formativas na infância.
Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira demonstram avanços na universalização da pré-escola no Brasil, mas apontam desafios persistentes na ampliação do acesso às creches e na superação das desigualdades regionais. Nesse cenário, a integração comunitária assume relevância estratégica, ao favorecer práticas pedagógicas contextualizadas, fortalecimento de vínculos institucionais e ampliação da participação social.
Recomenda-se a implementação de políticas públicas intersetoriais, o investimento na formação docente voltada à pedagogia territorializada e a ampliação qualificada da oferta de creches, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A integração bairro–escola deve ser compreendida como princípio orientador das políticas de educação infantil, contribuindo para a consolidação de um modelo educativo equitativo e socialmente referenciado.
Implicações para pesquisas futuras: sugere-se a realização de estudos empíricos de natureza qualitativa e quantitativa que investiguem o impacto de projetos territoriais no desenvolvimento infantil, bem como análises comparativas entre diferentes contextos regionais brasileiros, a fim de produzir evidências para subsidiar políticas públicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores

sociais 2024: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2024: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.